

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 448, DE 2022

Institui o Programa de Melhoria da
Transparência na Cadeia Láctea Brasileira
(Proleite).

Autor: Deputado JOSE MARIO
SCHREINER

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

Por intermédio do Projeto de Lei nº 448, de 2022, o Deputado José Mário Schreiner propõe a instituição do Programa de Melhoria da Transparência na Cadeia Láctea Brasileira (Proleite). Para tanto, promove alterações na Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, de modo a permitir o aproveitamento do saldo de créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins por mini e pequenos laticínios que tenham projetos de incremento da transparência nas relações comerciais de aquisição de leite.

Pela proposição, mini e pequenos laticínios, respectivamente com renda bruta anual de igual ou inferior a R\$ 360 mil e maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4.800 mil, inclusive cooperativas, poderão descontar o saldo dos créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que trata o inciso IV do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, em relação à aquisição de leite *in natura* utilizado, nas condições que especifica, como insumo, na industrialização de produtos destinados à alimentação humana ou animal classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM mencionados no **caput** do art. 8º, para, ressalvada a legislação aplicável a



matéria: 1 - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e 2 - ressarcimento em dinheiro.

Os créditos presumidos serão apurados mediante atribuição de pontuação à pessoa jurídica, variável de 0 a 100 pontos, distribuídos entre os seguintes parâmetros: celebração de contrato formal com produtores (40 pontos); implantação de pagamento por qualidade (20 pontos); metodologia ou instrumento de previsibilidade de preços aos produtores (20 pontos); pagamento do leite entre o 5º e o 10º dia útil do mês (20 pontos). A pontuação pela qualidade levará em conta, entre outros fatores, a contagem de células somáticas, a contagem bacteriana total, bem como os índices de sólidos, proteínas e gorduras presentes no leite.

Os créditos presumidos serão concedidos segundo a pontuação total de cada pessoa jurídica, em percentuais que variam de 20% a 50% da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, e da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, para o leite *in natura* adquirido.

Beneficiam-se da medida mini e pequenos laticínios já constituídos ou não, regularmente habilitados perante o Poder Executivo, e que tenham projeto aprovado para incrementar a transparência nas relações comerciais de aquisição de leite. A elaboração do projeto será de responsabilidade do beneficiário.

O regulamento disporá sobre os requisitos para a habilitação perante do Poder Executivo; as condições de elegibilidade do projeto; a forma de fiscalização da execução dos projetos aprovados; e o órgão responsável pela aprovação dos projetos e pela fiscalização da sua execução. A proposição terá vigência de 5 (cinco) anos a contar da data de sua publicação.



II - VOTO DO RELATOR

Recebo com satisfação a relatoria do Projeto de Lei nº 448, de 2022, do Deputado José Mário Schreiner. A proposição promove alterações importantes na Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para permitir que os créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de titularidade de mini e pequenos laticínios com projetos aprovados de incremento da transparência na aquisição de leite sejam ressarcidos em espécie ou compensados com outros débitos junto ao fisco.

Para este relator a medida vai ao encontro dos anseios do setor produtivo do leite e está bem estruturada, pois concede o benefício em percentuais que variam de 20% a 50% segundo à pontuação obtida nos seguintes critérios: celebração de contrato formal com produtores (40 pontos); implantação de pagamento por qualidade (20 pontos); metodologia ou instrumento de previsibilidade de preços aos produtores (20 pontos); pagamento do leite entre o 5º e o 10º dia útil do mês (20 pontos).

Como se observa, as condições para a percepção do benefício fiscal estimulam a formalização do mercado de leite, contribuem para o aumento da qualidade do produto, conferem maior estabilidade aos preços e ao fluxo de caixa dos produtores e fortalece o posicionamento de mini e pequenos laticínios frente ao poder de mercado e intenso processo de concentração exercido por grandes *players*.

Além de estimular a concorrência, reduzir a pressão por concentração ainda maior do mercado, estimular a atividade de mini e de pequenos laticínios e imprimir maior transparência à formação do preço de leite, a medida beneficia produtores e consumidores.

No substitutivo que apresento, promovo pequenos ajustes de ordem formal ao projeto.

Isso posto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 448, de 2022, na forma do **substitutivo** proposto.



Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado PEDRO LUPION
Relator



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PL 448, DE 2022

Institui o Programa de Melhoria da
Transparência na Cadeia Láctea Brasileira
(Proleite).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Melhoria da
Transparência na Cadeia Láctea Brasileira (Proleite), que permite o
aproveitamento do saldo de créditos presumidos da Contribuição para o
PIS/Pasep e da Cofins por mini e pequenos laticínios que tenham projetos de
incremento da transparência na aquisição de leite.

Parágrafo único. O Proleite consubstancia-se na percepção
dos benefícios e no cumprimento das condições de que trata esta Lei.

Art. 2º A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar
com as seguintes alterações:

“Art.

8º

.....

§

3º

.....

IV - 50% (cinquenta por cento) daquela prevista no **caput** do
art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no
caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003,
para o leite *in natura*, adquirido por pessoa jurídica, inclusive
cooperativa, regularmente habilitada, provisória ou



definitivamente, perante o Poder Executivo na forma do art. 9º-A e do art. 9º-B desta Lei;

.....” (NR)

“Art. 9º-B. A pessoa jurídica, inclusive cooperativa, poderá descontar o saldo dos créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que trata o inciso IV do § 3º do art. 8º desta Lei, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário a partir da publicação do ato de que trata o § 9º deste artigo, em relação à aquisição de leite *in natura* utilizado como insumo, conforme disposto no inciso II do **caput** do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no inciso II do **caput** do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, na industrialização de produtos destinados à alimentação humana ou animal classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) mencionados no **caput** do art. 8º desta Lei, para:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria;

II - ressarcimento em dinheiro, observada a legislação aplicável à matéria.

§ 1º Os créditos presumidos de que trata o **caput** deste artigo serão apurados mediante atribuição de pontuação à pessoa jurídica, variável de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, que serão distribuídos segundo os seguintes parâmetros:

I - celebração de contrato formal com produtores: 40 (quarenta) pontos;

II - implantação de pagamento por qualidade: 20 (vinte) pontos;

III - aplicação de metodologia ou instrumento de previsibilidade de preços aos produtores: 20 (vinte) pontos;



IV - antecipação de prazo de pagamento do leite entre o 5º (quinto) e o 10º (décimo) dia útil do mês: 20 (vinte) pontos.

§ 2º Para fins de apuração dos créditos presumidos de que trata o **caput** deste artigo, a pontuação total atribuída segundo o § 1º corresponderá à aplicação dos seguintes percentuais das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente:

I - 40 (quarenta) pontos: 20% (vinte por cento) da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, e da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, para o leite *in natura* adquirido;

II - 60 (sessenta) pontos: 30% (trinta por cento) da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, e da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, para o leite *in natura* adquirido;

III - 80 (oitenta) pontos: 40% (quarenta por cento) da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, e da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, para o leite *in natura* adquirido;

IV - 100 (cem) pontos: 50% (cinquenta por cento) da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, e da alíquota prevista no **caput** do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, para o leite *in natura* adquirido.

§ 3º A pontuação atribuída segundo o inciso II do § 1º deste artigo levará em conta, entre outros fatores, a contagem de células somáticas, a contagem bacteriana total, bem como os índices de sólidos, proteínas e gorduras presentes no leite.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo somente se aplica a mini e pequenos laticínios, já constituídos ou não, regularmente habilitados perante o Poder Executivo, e que tenham projeto aprovado para incrementar a transparência nas relações comerciais de aquisição de leite.



§ 5º Para os fins do disposto no § 4º, consideram-se:

I - mini laticínios: as pessoas jurídicas cuja atividade principal seja o processamento industrial de leite e derivados lácteos, desde que auferam, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - pequenos laticínios: as pessoas jurídicas cuja atividade principal seja o processamento industrial de leite e derivados lácteos, desde que auferam, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

§ 7º A elaboração do projeto a que se refere o § 4º deste artigo será de responsabilidade do beneficiário, cabendo ao órgão definido no ato de que trata o § 9º aprová-lo para fins de habilitação.

§ 8º Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do **caput** do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do **caput** do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 9º Serão definidos em regulamento:

I - os requisitos para a habilitação de que trata o § 4º deste artigo;

II - as condições de elegibilidade do projeto a que se refere o § 4º deste artigo;

III - a forma de fiscalização da execução dos projetos aprovados;



IV - o órgão responsável pela aprovação dos projetos e pela fiscalização da sua execução.

§ 10. As condições de elegibilidade de que trata o inciso II do § 9º deste artigo devem ser individualmente discriminadas para cada um dos parâmetros arrolados no parágrafo § 1º, também deste artigo.

Art. 3º Esta Lei terá vigência de 5 (cinco) anos a contar da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

